



## OS ASPECTOS DA DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE E NO CURRÍCULO ESCOLAR

Edimilson Cardoso da Cruz<sup>1</sup>;

Maria José Jesus Alves Cordeiro<sup>2</sup>.

### Introdução

No Brasil nas últimas décadas, a necessidade da formação docente, já fora preconizada por alguns autores como Gatti (2000), Tanuri (2000), Gomes (2006), tem-se fortalecido no panorama educacional, brasileiro com o foco na formação docente nas áreas pedagógicas em articulação com as mudanças que acontece na sociedade atual, consolida-se em inúmeros encontros, publicações e leis, os saberes construídos com sustentação em investigações e considerações dos especialistas da área do conhecimento, ao mesmo tempo em que se reformulam os currículos de inúmeros cursos destinados a esse preparo. Mesmo assim, apesar do avanço teórico e das propostas inovadoras implementadas, por exemplo, as leis que modificaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96 - LDB que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, no âmbito de estados, municípios e Distrito Federal, são conquistas de uma política de intervenção pelos movimentos sociais como do movimento negro na conquista da Lei 10.639/03; as estruturas básicas do sistema educativo, não se têm modificado consideravelmente. Nessa conjuntura fatalmente se frustram os que esperam de uma formação de docentes, transformações indispensáveis e contribuições para a construção de saberes de qualidade em nosso país.

No que concerne à formação de professores Gatti (2008, p. 62), afirma que:

---

<sup>1</sup> Pedagogo formado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS – Campus de Três Lagoas/MS; Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS – Campus de Paranaíba/MS. Coordenador Geral da Associação Três-lagoense de Gays Lésbicas e Travestis – ATGLT e Membro do Fórum Nacional de Gestores e Gestoras Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – FONGES LGBT.

<sup>2</sup> Pós doutora em Educação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora em Educação-Currículo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no curso de Pedagogia, no Programa de Pós-Graduação em Educação- PGEDU e Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional - Ensino em Saúde (PPGES) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero, Raça e Etnia (GEPEGRE/CNPq/UEMS). Coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE/UEMS).

Na última década, a preocupação com a formação de professores entrou na pauta mundial pela conjunção de dois movimentos: de um lado, pelas pressões do mundo do trabalho, que se vem estruturando em novas condições, num modelo informatizado e com o valor adquirido pelo conhecimento, de outro, com a constatação, pelos sistemas de governo, da extensão assumida pelos precários desempenhos escolares de grandes parcelas da população. Uma contradição e um impasse. Políticas públicas e ações políticas movimentam-se, então, na direção de reformas curriculares e de mudanças na formação dos docentes, dos formadores das novas gerações.

Nesse sentido é importante salientar que os apontamentos que apresentamos neste artigo são reflexões acerca da formação docente e quais os rumos que ela está tomando nos cursos de graduação e de pós-graduação, trazendo essas reflexões e inquietações, especialmente a partir da convivência que temos no nosso dia a dia com outros pesquisadores/as, professores/as e estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação.

A instituição educacional tem por objetivo formar cidadãos/ãs para os novos tempos, para isso a instituição necessita incluir novas disciplinas, adaptar seu currículo e organizar novos programas que visem a necessidade do mundo atual. Faz-se necessário que a instituição tenha claro que o currículo é uma ferramenta didático-pedagógica e Política, devendo atender as necessidades da sociedade, cabendo aos professores/as pesquisar e entender a força pedagógica do currículo escolar.

De acordo com Silva (2010, p. 150),

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

Sendo assim, o conceito de currículo é um agrupamento de dados, é um plano organizado, ordenado por itens a serem seguidos. Os/as professores/as deve(m) entender que o currículo não é algo isolado, um elemento neutro, ele está envolvido em relações de poder, relações sociais e histórico-culturais, é organizado de acordo com as necessidades históricas, cabe a este/a professor/a tarefa de pesquisar, entender a pedagogia, e intrinsecamente o currículo.

Contribuindo com esta análise Sacristán (1999, p. 61) afirma que:

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

Os temas transversais integram uma série de conhecimentos de diferentes disciplinas, contribuindo na construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade vivida pelos alunos. Definir os conteúdos das áreas de trabalho é algo importante e fundamental para a prática didática. A transversalidade pressupõe a integração das áreas e um compromisso das

relações interpessoais e sociais das instituições educacionais com os problemas do cotidiano relacionando-os com os temas, facilitando a coerência entre valores e a influência intelectual dos mesmos.

Para Abramowicz (2006, p. 12), a:

Diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança. Nesse sentido, podemos afirmar que onde há diversidade existe diferença.

Os temas locais são também importantes, com problemas locais da comunidade escolar sendo explorados, incorporando-os ao currículo, trabalhando na transversalidade. São chamados de temas transversais; a ética, a saúde, o meio ambiente, a pluralidade cultural, o trânsito e a orientação sexual, pois envolvem problemáticas sociais atuais de caráter nacional e até universal.

Verificamos que na narrativa histórica o currículo escolar permanentemente esteve ligado a um modelo de mundo, de homem e de coletividade, passando perspectivas sociais peculiares e interessadas na manutenção das relações de poder, como a influência de grupos políticos com interesses de promover mudanças na educação do país. No entanto, concordamos com Munanga (2005, p. 17) quando afirma crer que: “[...] a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados”.

Esses dados apontam para a necessidade e a urgência de discutirmos, de forma mais aprofundada, as questões acerca dos aspectos da diversidade na formação docente e no currículo escolar, bem como, o desenvolvimento de projetos nas instituições escolares que atendam essa demanda. Tal formação implica a abrangência de temas, não só restritos a grade curricular como em geral acontece, mas também refletir sobre o papel do ensino da pesquisa, e da extensão no currículo e nas instituições.

Nesse contexto, os docentes não podem dobrar-se à política de uniformidade prometida pelo sistema educacional. Contudo, é necessário interromper com essa prática pedagógica uniformizadora, com o propósito de repensar uma escola diversa e inclusiva. Nessa perspectiva,

A inserção da diversidade nos currículos implica compreender as causas Políticas, econômicas e sociais de fenômeno como etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia. Falar sobre a diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de

forma desigual e discriminatórias. É entender os impactos subjetivos destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola. É incorporar no currículo, nos livros didáticos, no plano de aula, nos projetos pedagógicos das escolas os saberes produzidos pelas diversas áreas e ciências articulados com saberes produzidos pelos movimentos sociais e pela comunidade. (GOMES, 2007, p. 25).

Partindo dessa conjuntura, nos perguntamos: qual o perfil desejado para o profissional que a Educação deseja no que tange à formação docente para a diversidade? Conforme previsto no Dossiê Educação e Diversidade (2013, p. 453), a docência há de ser construída de modo a prezar pela capacitação de profissionais, cujo perfil seja o de “[...] atuar na promoção de relações menos desiguais [...], especialmente nas questões de gênero e diversidade sexual”.

Segundo Veiga-Neto (2009, p. 21), o mecanismo de elaboração da identidade do professor passa pela execução de um currículo para a sociedade contemporânea, e nesse sentido ele esclarece que: “[...] o currículo é uma das peças-chave nos processos contemporâneos de burocratização, espetacularização e de consumo”. No entanto, Foucault (apud Veiga-Neto, 2009) aponta três adversários neste tocante: os funcionários da verdade – políticos terroristas da teoria; os técnicos do desejo – psicanalistas e semiólogos e, por fim, o fascismo – o inimigo maior, o adversário estratégico [...] que contamina todos os outros.

E isso não é de hoje. Independentemente se os postulados são alusivos ao ensino básico, profissional, ou Ensino Superior, e ao se considerar a história da formação docente, percebe-se uma necessidade de reconstrução generalizada ao longo dos anos.

As interrogações sobre o currículo presentes nas instituições escolares apontam um primeiro significado: a consciência de que o currículo não se trata de conteúdos prontos a serem ensinados aos educandos. São uma construção e seleção de saberes e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há o entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade contemporânea. Cabe a nós, como profissionais da Educação, encontrar respostas.

A diversidade faz parte da vivência humana. De acordo com Gomes (2007, p.17) em que:

Ao realizarmos essa discussão, a nossa primeira tarefa poderá ser o questionamento sobre a presença ou não dessas indagações na nossa prática docente, nos projetos pedagógicos e nas propostas educacionais. Será que existe sensibilidade para a diversidade na educação infantil, especial, na EJA, no ensino fundamental, médio e profissional? Seria interessante diagnosticar se a diversidade é apenas uma preocupação de um grupo de professores(as), de alguns coletivos de profissionais no interior das escolas e secretarias de educação ou se já alcançou um lugar de destaque nas preocupações pedagógicas e nos currículos. Ao analisarmos o cotidiano da

escola, qual é o lugar ocupado pela diversidade? Ela figura como tema que transversaliza o currículo? Faz parte do núcleo comum? Ou encontra espaço somente na parte diversificada?

Com relação a esses fatos, torna-se imprescindível na formação docente, hoje, levar em conta os aspectos e requisitos diversos, de naturezas diferentes, que vêm constituindo o universo da instituição escolar e a realidade cultural do seu contexto.

A proposta deste artigo é discorrer acerca dos aspectos da diversidade na formação docente e no currículo escolar. A escolha da temática dá-se pela importância de que se pense numa construção para a formação docente e uma organização curricular que preze pela diversidade, seja ela em que polo cultural se apresente, pois se justifica que a vida em uma moderna sociedade democrática exige não somente uma “tolerância” quanto a gêneros e a existência da diversidade na expressão da sexualidade, mas também o reconhecimento pleno dos direitos das pessoas, de todos os grupos sociais, de sua igualdade e da legitimidade de suas liberdades individuais. A igualdade de direitos passa pelo reconhecimento das pessoas frente à diversidade.

### **Uma estrada, vários caminhos: reflexões sobre a diversidade na formação docente e no currículo escolar**

A formação deve nos ajudar a compreender os conteúdos curriculares como ferramentas culturais. Como entendemos os conteúdos curriculares dentro da escola? Estamos criando canais de conexão entre a cultura dos alunos e a cultura acadêmica? Quais as práticas que nos possibilitam isso? Nesse sentido, Gomes (2007, p. 17) esclarece que a:

A diversidade, do ponto de vista cultural, pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma porque os sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram.

A reflexão sobre a cristalização ou não, das várias tendências pedagógicas das escolas, implementadas pelos governantes ao longo dos anos, como a progressista, a libertária, a crítico-social-dos-conteúdos, e principalmente a tradicionalista dentre outras não conseguiram proporcionar aos docentes a qualificação profissional almejada por muitos, uma formação que fosse voltada para a pedagogia da diversidade igualitária, é o que nos assevera a Revista Retratos da Escola; Dossiê Educação e Diversidade (2013).

É claro que tais propostas estavam ideologicamente politizadas. Porém, nas últimas décadas, rompeu uma hegemonia pedagógica multiculturalista, focada na construção de atores

sociais com um desejo muito marcado: o de aprender a aprender. No tocante ao assunto, Martins e Duarte (2010, p. 36) afirmam que “[...] nenhum conhecimento poderia ser considerado certo ou errado em si mesmo, estando seu julgamento sempre dependente da análise de suas funções e seus significados no interior de uma determinada cultura [...]”. “Mas o que delimita uma cultura?”, interrogam os autores. Ao que colocam:

Há muita imprecisão no pensamento pedagógico contemporâneo acerca dos critérios para se delimitar uma cultura. Ao mesmo em tempo que se fala em cultura ocidental ou oriental, também se fala em cultura negra ou branca, culturas indígenas, cultura popular ou de elite, cultura das crianças ou dos adolescentes ou dos jovens, **cultura gay**, cultura dos surdos, cultura dos cegos, cultura escolar, cultura institucional, cultura das ‘tribos’ juvenis etc. (MARTINS; DUARTE, 2010, p. 36, grifo dos autores).

Nesse sentido, cabe argumentar: onde não há a deferência nas políticas curriculares, quanto à diversidade cultural, como se formarão docentes competentes para uma prática pedagógica diferente, que contemple as diversas faces da diversidade, capaz de salvaguardar os muitos meninos e meninas homossexuais nos bancos das escolas, sem a discriminação-homofóbica?

Deste modo, pressupõe-se de pronto que sobreviverá nos bancos das escolas e estarão prontos para o mercado de trabalho formal, os alunos e alunas que conseguirem se adaptarem criticamente aos processos neoliberais, que camuflam o verdadeiro saber e a aceitação do currículo para diversidade inseridos no contexto escolar.

Assim, múltiplas identidades, nem sempre harmônicas e convergentes são constituídas simultaneamente, nos mesmos processos educativos, alguns dos quais descrevemos aqui. Em suma, currículos e propostas pedagógicas formadoras de indivíduos críticos, pensadores pragmáticos, capazes de discernir teorias, fascismos gerais e demais ditames de exclusão e de posicionamentos homofóbicos é que darão conta de assegurar aos muitos meninos e meninas “diferentes”, encontrados dentro das escolas, um saber igualitário e capaz de formar cidadãos profissionais que não estejam nas ruas buscando na prostituição a sua sobrevivência.

É claro que há outros fatores que os lançam a isso. Porém, o principal é o de ordem escolar. É ali que tudo começa. Segundo Vanessa Alves Vieira, defensora pública coordenadora do Núcleo de Combate a Discriminação da Defensoria Paulista, da Associação Paulista de Defensores Públicos – APADEP (2014):

Sem o respeito à sua identidade de gênero por professores(as) e alunos(as), elas(eles) acabam por abandonar os estudos e, após, enfrentam problemas para conseguir empregos não precarizados. Além disso, quando passam por processos seletivos e os(as) empregadores(as) percebem que são travestis e transexuais, muitos alegam que a vaga já foi preenchida ou que não se adequam ao perfil da vaga.

Aquelas(es) que conseguem passar pelo processo seletivo, ainda encontram muitos empecilhos ao solicitarem a utilização de seus nomes sociais e o uso do banheiro conforme a identidade de gênero, além de sofrerem outras formas de discriminação e serem alvo de 'brincadeiras' ofensivas, afirma a defensora pública.

Os processos de formação docente e de organização curricular têm como desafio construir coletivamente encaminhamentos para que contribua para a promoção da igualdade, respeito mútuo a tolerância e apoio à presença da diversidade sexual nas escolas, o que representa um grande avanço nas discussões sobre as relações de gênero, sexualidade na escola, contribuindo para minimizar a evasão escolar dos sujeitos de cultura gay, vítimas de preconceito e discriminação.

As lutas e conquistas observadas no campo educacional, para a formulação de uma escola inclusiva e aberta à diversidade, paulatinamente construídas pelos movimentos sociais, como do movimento feminista, do movimento negro, do movimento LGBT, foi compreendendo que a escola é um espaço plural e diverso, multifacetado e dinâmico, lugar não apenas de iguais, mas também de diferentes.

E os alunos e as alunas deveriam ser incluídos/as nas políticas e práticas educacionais, não importando raça, sexo, cor, deficiência e/ou a dificuldade de aprendizagem, e, principalmente, a orientação sexual da pessoa. Nessa perspectiva, compreendeu-se que a construção de uma escola inclusiva exige a mudança e adaptação de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional: governantes, gestores/as, professores/as, alunos/as, familiares e a sociedade.

Foi chamada também a atenção para a questão do currículo escolar e a formação do professor como elementos importantes de serem considerados para uma prática educacional inclusiva de sucesso. A flexibilização curricular deve ser uma consequência da conscientização e reflexão sobre o tema, bem como resultado das mudanças legais nos paradigmas educacionais brasileiros, que, influenciado por essas conquistas no campo educacional, quanto à diversidade e inclusão, tem proposto sensíveis transformações neste setor.

### **Considerações finais**

Considerando que o objetivo geral foi de discorrer acerca dos aspectos da diversidade na formação docente e no currículo escolar, constatamos que na preparação do profissional da educação, no caso docentes que atuarão no campo educacional, da educação infantil ao ensino superior, nota-se que na academia o assunto da diversidade é tratado como algo que é

comentado, mas não vivenciado, pois falta em alguns cursos uma atitude de diálogo, de integração e de inter-relação da educação e diversidade sexual no processo de análise nos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino.

Não há respostas prontas nem soluções mágicas. Outra saída não ocorre senão o enfrentamento, embora recuperar a credibilidade da universidade seja tarefa difícil e exija tempo. Exige que se penetre na instituição e se examinem concretamente as saídas, diante das dificuldades e dos problemas existentes. Exige que se questione de forma consequente - e não apenas em termos de discurso - sua função na produção e disseminação do conhecimento e sua competência para formar profissionais, procurando alternativas, estabelecendo prioridades numa Política de ensino, pesquisa e extensão voltada para a realidade nacional e regional e, ao mesmo tempo, compromissada com o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país, preocupando-se, também, em apresentar saída para o problema que afetam a maioria da população brasileira. Nenhum país pode se candidatar ao desenvolvimento sem uma compreensão clara do significado do domínio do saber técnico e científico na definição do seu futuro.

Sendo assim o desafio atual consiste em uma transformação radical da educação, que deve desdobrar-se de forma simultânea e integrada com a transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais do país, para o que é fundamental a participação efetiva de nós em todo esse processo.

A criticidade há de ser, então, o elo para que tanto formadores, quanto à geração a ser formada, possam – sem preconceito – lidar com os aspectos da diversidade na formação docente. O maior desafio, ainda hoje, é a desconstrução dos moldes, frente às questões diversas de diversidade.

Afirmam os professores Borges e Oliveira, (2013) que:

[...] é preciso se acostumar, nesse momento de abertura de uma escola para a inclusão e diversidade, a desenvolver caminhos que valorize a reflexão permanente para lidar com situações diferentes e plurais, através de uma formação polivalente e ética. O professor também precisa, em sua prática docente, envolver toda sua experiência e conhecimento no sentido de proporcionar ao aluno o máximo de estímulos, possibilidades de vivências e ampliação de sua aprendizagem. Por exemplo, neste sentido, o professor que lida com uma criança com altas habilidades se não busca conhecimento para continuar estimulando sua capacidade pode acabar desestimulando seu desejo pela aprendizagem.

O currículo sendo direcionamento de caminho a ser percorrido, deve contemplar todas as experiências vividas, o conhecimento das teorias, a leitura de mundo, o saber o que esta ensinando, não fazendo parte do rol das disciplinas, mas o espelho do que esta efetivamente



acontecendo, tem a importância na formação do ser humano porque ele existe por meio do objeto do conhecimento, do conteúdo a ser trabalhado, do planejamento a ser elaborado.

Seria importante as instituições educacionais repensar sobre o currículo, valorizando o aluno, sua realidade e suas vivências, na troca de experiências, buscando o crescimento intelectual, não deixando para trás a cultura, mas acrescentando a estas novas ideias. As instituições educacionais precisam fazer com que o aluno perceba, desde o início de sua vida escolar, suas experiências como base para um aprendizado futuro, para que relacione o aprendizado escolar com as resoluções de problemas vivenciados em seu cotidiano.

Sendo o currículo um instrumento por meio do qual as instituições orientam a preparação do indivíduo para o exercício da cidadania, para compreender o que se passa no mundo em que vivemos e as formas de agir neste mundo.

Assim, a educação é Política partindo do princípio de que a função da educação escolar é preparar o aluno para o exercício da cidadania, conduzindo o educando a uma visão ampliada do real vivido e das formas adequadas para sua transformação e o desenvolvimento da consciência crítica da realidade vivida.

A expectativa é que este texto possa contribuir para discussões alusivas ao tema da desconstrução dos conceitos culturais historicamente instituídos sobre a diversidade na escola.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. *Trabalhando a diferença na educação infantil*. São Paulo: Moderna, 2006.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE DEFENSORES PÚBLICOS. *Defensoria Pública de SP promove audiência pública*. “Inserção de Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho”. Publicado em: 21 de julho de 2014. Disponível em: <[www.apadep.org.br/.../defensoria-publica-de-sp-promove-audiencia-publica-insercao](http://www.apadep.org.br/.../defensoria-publica-de-sp-promove-audiencia-publica-insercao)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988*. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BORGES, A. C.; OLIVEIRA, E. C. B. B. de. *Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores*. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2016.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.13, n.37, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100006>> Acesso em: 30 nov. 2016.

- GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). *Educação como prática da diferença*. Campinas, SP: Armazém do Ipê; Autores Associados, 2006.
- \_\_\_\_\_. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica: 2007a.
- \_\_\_\_\_. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.
- MACIEL, P. D.; CAETANO, M. R. V. *Educação e Diversidade Cultural: as relações de gênero e as relações étnico-raciais no ensino*. UFPel/FURG, n.d.
- MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Org.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica editora, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. 2. ed. Revisada. Brasília: MEC/SECAD. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.
- PRADO, E. *Da formação por competências à pedagogia competente*. São Paulo, USP, 2015.
- SACRISTAN, J. Gimeno. *Poderes instáveis em educação*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Documentos de identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- \_\_\_\_\_. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TANURI, L. M. *História da formação de professores*. São Paulo: USP, 2000.
- VEIGA-NETO, A. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.